

# Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ISSN 2317-1456 / v. 26. n. 2 / 2024 / <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes>

## Urbanismos no Antropoceno: uma discussão crítica da modernização ecológica e da conformação de modos de vida urbano sob as contingências da sustentabilidade

DOI: 10.12957/irei.2024.81399

Lucas Brasil Pereira<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo ambiciona problematizar as relações entre o urbanismo (em sua dupla acepção) e o Antropoceno, traçando um panorama crítico da perspectiva da modernização ecológica. Trata-se de um conjunto de reflexões desenvolvidas a partir de revisão da literatura associada a uma discussão crítica, que entrelaça análises da realidade e produtos culturais. Caracteriza-se pelo perfil ensaístico. O texto termina por desdobrar as relações entre urbanismo, modernização ecológica e as contingências do Antropoceno em problemas que incidem sobre modos de vida, reconhecendo também a importância da economia simbólica das soluções e conceitos associados à sustentabilidade no contexto urbano. Conclui-se com o esboço da ideia de que os urbanismos e a sustentabilidade devem ser discutidos como cultura e não apenas pela dimensão das lentes da técnica e/ou tecnologia. Há pouca literatura disponível que trace uma discussão direta e crítica entre a perspectiva da modernização ecológica e as transformações urbanas, seja nos modos de vida, seja no urbanismo disciplinar, diante das contingências do Antropoceno, pelo que o texto apresenta especial relevância ao abrir uma brecha para esse debate.

### Palavras-chave

urbanismos; modernização ecológica; Antropoceno.

### Urbanisms in the Anthropocene: An Analytic Discussion of Ecological Modernization and the Outlining of Urban Ways of Life Under the Contingencies of Sustainability

### Abstract

The article aims to scrutinize the relationships between urbanism (in its double sense) and the Anthropocene, providing an analytic overview of the ecological modernization perspective. It comprises a set of reflections derived from a literature review combined with an analytic discussion that intertwines the analyses of reality and cultural products. The text is characterized by an essayistic profile. It concludes by unfolding the connections among urbanism, ecological modernization, and the contingencies of the Anthropocene

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia na Universidade de Coimbra. E-mail: [lucasbrasilp@gmail.com](mailto:lucasbrasilp@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0002-3330-5164>.

regarding problems that impact ways of life, while acknowledging the importance of the symbolic economy of solutions and concepts associated with sustainability in the urban context. The article proposes the idea that urbanisms and sustainability should be discussed as culture, not solely through the lens of technique and/or technology. There is limited available literature that analytically and directly addresses the ecological modernization perspective and its impact on urban transformations, be it in the ways of life or in disciplinary urbanism, in the face of the Anthropocene's contingencies, which the text holds particular relevance in opening a space for this debate.

## Keywords

urbanisms; ecological modernization; Anthropocene.

## 1. Introdução

Em 1958, Jacques Tati lançava o filme “Mon Oncle”. Na película, Hulot, o protagonista e o tio ao qual o título faz referência, lida com problemas como o desemprego e parece preenchido de confusão. A indicação é de que o mundo está mudando rapidamente e que o tradicional e o moderno começam a encontrar pontos de choque. Durante a história, as pressões de outra personagem, Madame Arpel, irmã de Hulot, ressaltam como o protagonista carece de racionalidade e de objetivo, valorizados nos novos tempos, mas aos quais Hulot, profundamente vinculado ao universo do tradicional, não parece ter acesso e nem destreza para lidar.

“Mon Oncle” apresenta um panorama de alguns contrastes em uma cidade francesa no pós-Segunda Grande Guerra, dando particular atenção às relações entre Hulot, a própria cidade e aqueles personagens que a habitam. Críticos e comentaristas ressaltaram seu caráter de crítica à modernidade, e é quando a interação com a casa habitada pela família Arpel – composta pela irmã de Hulot, seu marido e filho, o pré-adolescente Gerard – ganha atenção que o argumento central do filme assume maior relevo. Não é coincidência. A casa, cuja estética é uma caricata referência ao modernismo arquitetônico gestado no âmbito dos CIAM<sup>2</sup>, é um reduto da automação, com portões que se abrem sozinhos e equipamentos sofisticados na cozinha que funcionam com um simples toque de botão: é um sublime tecnológico. A geometria clara que rege os traços da residência e também do jardim, esse com pouco verde e muitas pedras e concreto, anuncia com veemência a racionalidade moderna incorporada ao paisagismo e à arquitetura, implicitamente recorrendo à ideia do domínio da humanidade sobre a natureza e o caos. Tudo isso surge em oposição à residência de Hulot, o protagonista que percorre as ruas com sua bicicleta, desajeitado, e, pouco a pouco, parte a parte, apresenta

---

<sup>2</sup> Os *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* (CIAM) consistiam em fóruns de discussão sobre arquitetura e urbanismo. Nesses eventos, arquitetos de diferentes nacionalidades – ainda que predominantemente europeus – reuniam-se para definir os rumos pelos quais a arquitetura e o urbanismo deveriam ser conduzidos (Frampton, 1997).

uma realidade urbana e de vida distinta daquela da qual desfruta sua irmã e o restante da família Arpel.

A residência de Hulot representa o passado, o tradicional. É uma espécie de cortiço, um edifício antigo, de ar decadente, mas cuja aparência é tipificada como pertencente a qualquer cidade francesa. Lá, a bagunça e as pessoas engajadas em diversas atividades, conflitos e variadas situações contrastam profundamente com a sobriedade e a organização que cerca a habitação dos Arpel, que ocupa um espaço simbólico de representação do futuro, da mudança, do novo, do moderno. Ainda assim, fica claro ao longo de todo o filme que o roteiro não vê com simpatia as transformações – a *modernização* – que descreve: a perspectiva é crítica. A alegoria habilmente construída por Tati expressa o processo de modernização e esboça uma de suas faces materiais de maior evidência ao focar o novo modo de viver na cidade incorporado na casa dos Arpel. As cidades, suas formas, estética, representação e maneira de organização “cristalizam e refletem as lógicas das sociedades que as acolhem” (Ascher, 2010, p. 20), que, por sua vez, são afetadas tanto quanto a própria materialidade das cidades pelas transformações dos meios técnicos (Secchi, 2012).

O presente ensaio busca problematizar o modo de viver a cidade e os “urbanismos” – conforme parte do campo da sociologia urbana e também ciência social aplicada ao planejamento e transformação das cidades –, sob o imperativo do Antropoceno, responsável por um novo ciclo de contingências impostas à realidade urbana e à vida nos centros urbanos. Para isso, propõe-se discutir o conceito de modernização ecológica, indicado por alguns autores como a perspectiva e lógica sequencial à modernização (Olivieri, 2012) – ou seja, como herdeira da *modernidade*. Questiona-se a capacidade de catalisação de alguns dos princípios norteadores da modernização ecológica diante dos desafios que almejam superar e a sua difusão e incorporação no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo. Esse questionamento é seguido pela intenção de problematizar a sustentabilidade urbana como *urbanismos* no Antropoceno. Em outras palavras: reconhecer a sustentabilidade num escopo ampliado, para além do papel de norteadora de tecnologias de mitigação de problemas ambientais e como tendência de estilo de vida a ser incorporado nos modos de vida urbanos num futuro próximo.

## **2. Urbanismos: modo de viver, modo de pensar, modo de fazer**

O termo “urbanismo” remete a ideias distintas, a depender da tradição disciplinar na qual se está inserido. Para a Sociologia, urbanismo é um “modo de vida”, uma circunstância de existência relativa às práticas desenvolvidas pelos indivíduos e grupos e que permeia e produz o cotidiano dos habitantes das cidades. Para a área à qual dá nome, – a disciplina Urbanismo, em geral associada à Arquitetura –, o termo circunscreve um campo disciplinar específico cuja preocupação é planejar, projetar e teorizar o urbano, as cidades e, muitas vezes, o território.

Logo, para a Sociologia, urbanismo é palavra que diz respeito também a certo estado de espírito e mental que, no campo disciplinar, leva a pensar nos escritos de Georg Simmel (1987[1902]) e, de maneira ainda mais direta – pelo uso do próprio termo referido –, nos de Louis Wirth (1938). Essa definição ganhou consistência entre sociólogos ao ponto de ser referida em dicionários disciplinares fundamentalmente com atenção às qualidades específicas da vida urbana e consideravelmente alheia a quaisquer ambiguidades, mesmo diante de sua óbvia polissemia. Não é de se estranhar que assim o seja, haja vista que os domínios disciplinares são chaves de leitura de mundo e condicionam o olhar. Entretanto, é exatamente na potência da ambiguidade que se pretende estabelecer parte do argumento aqui proposto.

Existem componentes ambíguos e variados na composição do conceito sociológico de urbanismo, que possui uma trajetória relativamente recente e cuja origem no pensamento ocidental, calcado na tradição acadêmica europeia, remete principalmente às obras de Ferdinand Tönnies, “Comunidade e Sociedade”, de 1887, e de Georg Simmel, “A Metrópole e a Vida Mental”, de 1902. A obra de Tönnies trouxe para discussão, como o título indica, as tensões e alterações entre diferentes esferas do que o autor chamou de sociabilidade (Tönnies, 2001 [1887]), o que aconteceria conforme os indivíduos agregavam-se em formas de organização espacial distintas: com destaque para a vila, representando a comunidade e o rural, e para a cidade, representando a sociedade e o urbano. Para esse autor, estava em curso um processo gradual de transição da vida rural para a vida urbana, promovida pela expansão crescente das cidades. Ainda mais do que isso, entretanto, é notar como já apontava que os centros urbanos de porte passavam a gerar uma “força gravitacional” (Brancaleone, 2008), lançando influência sobre

(...) as demais espacialidades e territórios em relação a ela “satelitizados”, atestando a força expansiva da dinâmica de vida da metrópole, unida por suas propriedades e potencialidade para centralizar as grandes instituições econômicas e as esferas de poder (Brancaleone, 2008, p. 101).

A perspectiva apresentada por Tönnies é similar às ideias de “solidariedade mecânica” e de “solidariedade orgânica”, posteriormente sugeridas por Durkheim (2004 [1895]) na obra “As Regras do Método Sociológico”. Nos dois casos, o pano de fundo era a vida urbana e o impacto que os processos de urbanização e de expansão das cidades tiveram na organização da sociedade e na relação que essa estabelecia com o mundo. Ainda que Durkheim operasse o conceito de divisão social do trabalho, a cidade – a cidade industrial, para que se tenha mais precisão – cumpria papel central em suas elaborações, sendo responsável por oferecer mais oportunidades de interação e de diversificação das ocupações e empregos. A perspectiva de Durkheim apresentava a inevitabilidade da expansão do modo de vida urbano e dos processos de industrialização, que via desenrolarem-se de maneira associada.

Esses autores, entretanto, concordavam em uma coisa: o contexto urbano era reconhecido como uma condição específica capaz de afetar as relações e formas de

organização sociais. Décadas mais tarde, a Escola de Chicago viria a ser o ponto de convergência dessas ideias, e hoje é reconhecida como o ponto de clivagem mais relevante que marca o advento da sociologia urbana. Não por acaso, a descrição do termo “urbanismo” como uma maneira específica de estar no mundo, um modo de vida, marcado como um conceito sociológico, surge no âmbito desse grupo pelas mãos de Louis Wirth, profundamente influenciado pelo pensamento de Georg Simmel. Simmel enxergava a vida urbana como um veículo de transformação do conjunto social, redentora de práticas e formas de pensar particulares e, o que é mais marcante, como uma espécie de cultura (Gottdiener; Hutchison; Ryan, 2015).

O Urbanismo disciplinar, entretanto, parte de outras premissas. Nesse caso, a perspectiva não está orientada para compreender o urbano como um *locus* particular de vida ou de práticas que configurem uma cultura, mas sim como um sítio de ação e intervenção para alteração da materialidade existente. Para isso, urbanistas dispõem de um conjunto de técnicas e teorias que foram sistematizadas ao longo de pouco mais de cem anos como saberes disciplinares para projeto e planejamento do urbano e dos territórios. Entretanto, desde as primeiras proposições – entre aquelas reconhecidas como fundadoras da disciplina –, oriundas do final do século XVIII (Choay, 2011), o Urbanismo caracteriza-se como uma disciplina focada na elaboração de visões de futuro com fins de transformação da sociedade. Como explica François Ascher, as principais características das práticas do urbanismo, ao menos até o fim do século XX, eram a definição de:

(...) um programa de longo prazo para as cidades aplicando os princípios de organização espacial (sob a forma de planos diretores, por exemplo), depois decorriam planos de urbanismo visando o enquadramento da realidade futura em um quadro predefinido. Os planos e os esquemas eram destinados a controlar o futuro, a reduzir a incerteza, a realizar um projeto de conjunto (Ascher, 2010, p. 82).

É recorrente a constatação de que entre os principais elementos do urbanismo estão a visão e a prospecção de um projeto de futuro. Em geral, são entendidos como um potencial de transformar as áreas urbanas e as sociedades – nessa ordem – a partir de um conjunto de técnicas e saberes destinados a modificar as morfologias dos espaços físicos, reorganizá-los, redefini-los, transformá-los. Às práticas descritas por Ascher soma-se a atividade técnica mais característica da disciplina: o projeto. Ainda de acordo com esse autor, o projeto é indissociável do balaio de práticas que, em conjunto, dão identidade ao urbanismo. Para além disso, afirma que o projeto não é somente “um desígnio acompanhado de um desenho” (Ascher, 2010, p. 83), mas que deve ser compreendido como “instrumento”. Escreve, ao tratar do projeto de urbanismo:

É também um instrumento cuja elaboração, expressão, desenvolvimento e execução revelam as potencialidades e as limitações que são impostas pela sociedade, pelos atores envolvidos, pelos lugares, circunstâncias e acontecimentos.

O projeto é simultaneamente uma ferramenta de análise e negociação (Ascher, 2010, p. 83).

Depreende-se das reflexões de Ascher que o urbanismo disciplinar tem a constante ambição de operar mudanças nos modos de vida urbanos ou, quando não pode fazê-lo, de mobilizar esforços para promovê-los ou legitimá-los. Esse argumento foi uma constante em meio ao urbanismo modernista, encampado mais notoriamente por nomes como Le Corbusier e Sigfried Giedion (Benevolo, 2005; Frampton, 1997): tratava-se de uma faceta programática, cultural, do processo de modernização (Heynen, 1999). Havia, entre esses autores, a percepção de que a consolidação de imagens da cidade e as possibilidades de transformação do urbano representavam o mais eficiente caminho de pavimentação da legitimação ampliada das mudanças socio-urbanas que estavam a propor.

### 3. Antropoceno: essencialmente urbano

Relativamente recente, o termo “Antropoceno” ganhou alguma atenção a partir do ano 2000, quando Paul Crutzen, químico, laureado com o Nobel de Química, e Eugene Stoermer, biólogo, – e também o fundador original do termo “Antropoceno” na década de 1980 (Estok ;Chou, 2017) – publicaram o artigo “*The ‘Anthropocene’*” (Crutzen; Stoermer, 2000), na revista do Programa Internacional da Geosfera-Biosfera<sup>3</sup>, vinculado ao Conselho Internacional para a Ciência. Na ocasião, os autores enfatizaram o impacto da humanidade – enquanto um ente coletivo – no planeta. Um vasto conjunto de evidências apontava que os seres humanos são, há tempos, a principal força transformadora da Terra, tendo extinguido espécies animais, transformado a geomorfologia do planeta, alterado significativamente cursos hídricos, consumido quantidades demasiado volumosas de recursos naturais, modificado a composição atmosférica e alterado profundamente ecossistemas marinhos e terrestres por toda a parte do globo. Diante desse quadro, foram taxativos:

Considerando esses e muitos outros impactos significativos, ainda em crescimento, das atividades humanas na terra e na atmosfera, em todas as escalas, incluindo a global, parece-nos mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e ecologia, propondo o uso do termo “Antropoceno” para a época geológica atual (Crutzen; Stoermer, 2000, p. 17).<sup>4</sup>

Nesse mesmo artigo, Crutzen e Stoermer deram destaque para duas categorias de atividades humanas como grandes forças mobilizadoras do Antropoceno: a industrialização e, especialmente, a urbanização, ambas atreladas ao acelerado

<sup>3</sup> Original em inglês: The International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP).

<sup>4</sup> Traduzido pelo autor do original: “Considering these and many other major and still growing impacts of human activities on earth and atmosphere, and at all, including global, scales, it seems to us more than appropriate to emphasize the central role of mankind in geology and ecology by proposing to use the term “anthropocene” for the current geological epoch.”

crescimento populacional, ao consumo, ao capitalismo e, reconhecidos processos caracterizadores do advento da modernidade e do processo de modernização (Ascher 2010) acelerados na Revolução Industrial.

É também a Revolução Industrial comumente identificada como o período de clivagem para a radical transformação no planeta, que culminaria nas contingências geoclimáticas hoje vivenciadas, com particular destaque para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Originalmente, Crutzen e Stoermer, no artigo que notabilizou o termo “Antropoceno”, propuseram esse momento da história como marco crucial para identificar o princípio da nova época geológica (Crutzen; Stoermer, 2000). Mais especificamente, tinham como referência a invenção do motor a vapor de James Watt, em 1784 (Crutzen; Stoermer, 2000). Essa relação está ligada à aceleração do crescimento populacional identificada a partir do final do século XVIII, com destaque também para o avanço do processo de urbanização atrelado à crescente industrialização das economias no Ocidente europeu (Hobsbawm, 2011). Associados a essas transformações, a expansão do consumo e do desenvolvimento de novas tecnologias de produção e de extração de recursos naturais do meio ambiente, assim como a posterior agudização da carbonificação da economia, são também fatores de extrema relevância. Também é importante lembrar que a Revolução Industrial não só marca o nascimento disciplinar da sociologia e do urbanismo, como representa um período histórico de profundas alterações de caráter socioeconômico e material (Ascher, 2010; Hobsbawm, 2011) – o que ganha destaque na discussão acerca do advento da Modernidade no Ocidente Europeu e nos EUA e reforça a possibilidade de discutir o Antropoceno não só como efeito e circunstância geocológica, mas também como produto e como fenômeno cultural.

Esse quadro reforça a importância de se enfatizar a responsabilidade dos centros urbanos na maior parte das atividades de consumo e produção geradoras de emissões de carbono e, conseqüentemente, das alterações climáticas (Finco; Nijkamp, 2010; Hodson; Marvin, 2014; Tonkiss, 2013), contemporaneamente reconhecidas como o mais urgente problema gerado pelo Antropoceno (Borrego *et al.*, 2009). Isso ocorre de forma direta e indireta. O exemplo mais marcante é o do concreto. Para erigir edifícios e estradas, para construir infraestruturas, represas e viadutos, são, conforme recentemente destacado em uma série de reportagens especiais pelo jornal britânico *The Guardian* (Watts, 2019), produzidos mais de 16 bilhões de toneladas de cimento a cada dois anos, alterando completamente a superfície – e o subsolo – do planeta nas áreas edificadas, mas também ao longo do processo de intensa movimentação de sedimentos para a extração das matérias-primas. Além disso, são também as regiões urbanizadas que consomem mais de 70% de toda energia produzida e geram, direta ou indiretamente<sup>5</sup>,

---

<sup>5</sup> Há debate acerca do efetivo grau de responsabilidade pelo aquecimento global que pode ser atribuído às cidades. Essa responsabilização tende a variar na literatura consoante à seleção de critérios e recortes, mas de forma geral é relativamente pacífico quanto ao papel central dos processos de urbanização e do consumo que têm lugar nas cidades no advento das mudanças climáticas. O caso das emissões de gases poluentes de efeito estufa é exemplar nesse sentido. Demonstrem que, como as áreas urbanas concentram demanda por energia, alimento, produtos e bens de consumo, mesmo fontes de poluição que estejam para além das

cerca de 75% de todo o gás carbônico que é despejado na atmosfera (United Nations, 2019) – dos quais parte substancial é proveniente (Watts, 2019) da indústria do concreto<sup>6</sup>.

A responsabilidade recai sobre as cidades também em função do conjunto de estruturas externas a ela, mas que servem como elementos essenciais para o seu funcionamento e existência: são as infraestruturas ou territórios dedicados a prover matérias-primas para a vida urbana e para a reprodução material das cidades. São desde grandes latifúndios dedicados à produção de alimentos para as populações citadinas e fazendas solares para a produção de energia, a infraestruturas viárias que permitam o escoamento de produtos e pessoas. Essas áreas e equipamentos passaram a ser conhecidos como “paisagens operacionais” (Brenner, 2016), dimensão importante do fenômeno de “urbanização planetária” discutido por Neil Brenner (2016, 2018) e que permite evidenciar de forma ainda mais enfática a dimensão urbana do Antropoceno.

Para pesquisadores e muitas instituições, como a ONU, a taxativa conclusão é: não é possível negar a urbanização como um dos mais centrais fatores de geração de transformações geoclimáticas (UN Habitat, 2019). Paralelamente, já é pacífico que os centros urbanos são também a mais eficiente – ainda que em termos sempre relativos<sup>7</sup> – forma de ocupação do território terrestre, funcionando à base de uma economia em escala e de aglomeração que gera eficiência no consumo e no transporte de recursos e de energia ao concentrar pessoas em uma mesma localidade (Dodman, 2009; Tonkiss, 2013). Diante desse quadro, é inevitável reforçar um clichê ao afirmar que o urbano e o urbanismo jazem no centro da questão ambiental e da discussão acerca do futuro do planeta, inseridos como partes do processo de criação e, simultaneamente, parte das alternativas diante da emergência cada vez mais aguda do Antropoceno: com atenção à dupla acepção do *urbanismo*.

---

fronteiras físicas das cidades, mas que contribuam para dar resposta a essas demandas, devem ser incluídas como componentes urbanas na atribuição de responsabilidade pela geração de poluição (Dodman, 2009).

<sup>6</sup> Cimento e concreto (betão) são termos muitas vezes utilizados como sinônimos, ainda que na verdade sejam produtos distintos. O concreto é feito a partir da mistura de agregados – em geral areia, brita e/ou alguns tipos de pedras trituradas – com uma pasta obtida pela combinação de água e cimento. O cimento Portland – como é conhecido o tipo difundido desde o final do século XIX e é o hodiernamente utilizado em todo o mundo – é produzido com a exposição de alguns materiais a altas temperaturas – os mais comuns são calcário, conchas e giz misturados com ardósia, argila, xisto, minério de ferro e areia de sílica – para a formação de uma espécie de rocha que, em seguida, é transformada em um pó fino: o cimento em si.

<sup>7</sup> O próprio conceito de “cidade” não culmina em um entendimento único. Há diferentes critérios mobilizados no debate internacional que percorrem diferentes disciplinas – das políticas públicas e do planejamento urbano à sociologia – na intenção de definir “cidade”. Em termos teórico-conceituais, as definições do que são cidades são quase incontáveis, podendo ter como objeto de reflexão a materialidade urbana, as relações sociais, as instituições presentes no contexto urbano, as conformações e circulações específicas de bens e/ou da economia, enfim, uma enormidade de fenômenos que este trabalho não pretende exaurir. No que tange ao domínio governamental, dois terços dos países existentes usam oficialmente apenas critérios administrativos para definir o que são “áreas urbanas”, enquanto cerca de 49 adotam número e densidade populacionais (UN Habitat, 2019). Por isso é mister apontar a pluralidade e reconhecer o caráter relativo da ideia de “cidade”.

#### 4. Endereçando o problema: modernização ecológica

A emergência da agenda de preservação e recuperação do meio ambiente e da sustentabilidade<sup>8</sup> no planeta não foi acompanhada por ampla atenção de todos os setores e agentes sociais. Para que essa questão estivesse no topo da pauta internacional, anos de conscientização e, talvez de maneira mais efetiva, *consequências* transcorreram. Entre ações institucionais pontuais e atuações de grupos organizados do terceiro setor, gradualmente o Antropoceno e os problemas dele derivados conseguiram galgar atenção e repercutir com mais veemência – apesar dos reveses político-institucionais presenciados nos anos recentes com a ascensão aos governos de diversos países de setores políticos negacionistas da degradação geoclimática.

Expressão mais atual de uma movimentação organizada e institucional que possibilite lidar com as contingências do Antropoceno, a Nova Agenda Urbana (UN-Habitat, 2016) da ONU surge como um dos principais documentos com um plano de ação para que seja alcançado o desenvolvimento urbano sustentável. Na Agenda, entretanto, está contida uma visão universalizante do urbano, uma perspectiva unitária que define novos paradigmas para o que seria o ideal a buscar. Esse documento tem sido acusado de incorporar referenciais de caráter neoliberal, adequando e submetendo as metas propostas aos interesses de corporações e dos mercados potencialmente afetados por quaisquer medidas (Alomar, 2017; Borja; Carrión, 2016) – ainda que o faça sob o mote da construção de um mundo mais justo e com capacidade de oferecer oportunidades iguais para todos. Esse documento fornece subsídios para que possam ser cumpridas as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, que indica 17 objetivos, dos quais uma grande parcela endereça direta ou indiretamente circunstâncias ou problemas que têm como palco o contexto urbano. Especificamente, o objetivo 11 diz respeito às cidades.

Quando da construção da questão ambiental como um problema social e global, passou a ser gestada uma perspectiva que construísse teoricamente e legitimasse modelos para atender à demanda por medidas que lidassem com a já percebida degradação do meio ambiente. Durante várias décadas, o paradigma teórico que modulou e conduziu as iniciativas para mitigação dos danos ambientais – introjetado nos ODSs (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e na NAU (Nova Agenda Urbana) – foi aquele conhecido como “modernização ecológica” (Buttel, 2000; Hovardas, 2016). Significa entender que o processo de desenvolvimento e a própria lógica de transformação da sociedade, enxergada sob um único parâmetro, permanece relativamente a mesma, com o porém de ter de equacionar os danos gerados ao meio ambiente na busca de um jogo de soma zero. Em outros termos, trata-se de uma perspectiva que reconhece que o desenvolvimento econômico e tecnológico não só é compatível com a preservação do meio ambiente, como, na verdade, a combinação de

---

<sup>8</sup> O termo “sustentabilidade” é usado neste texto com o sentido comum de “sustentabilidade ambiental” ou “sustentabilidade ecológica”, os quais, por sua vez, são inseridos neste texto de forma intercambiável.

ambos é capaz de gerar crescimento no médio ou longo prazos (Hovardas, 2016). Sob o ponto de vista mais influente entre os teóricos da modernização ecológica, a ideia de que é possível combinar eficiência ambiental e econômica é o paradigma. Esse conceito implica que a partir do desenvolvimento de novas tecnologias é possível reduzir o consumo de recursos brutos, reduzir a emissão de poluentes e, ao mesmo tempo, criar produtos competitivos e inovadores (Andersen; Massa, 2000).

A discussão concernente à ideia de modernização ecológica leva à percepção de que está em movimento uma “ecologização da economia” (Olivieri, 2012), um processo iniciado na segunda metade do século XX. Em outras palavras, a reconstrução de valor e distinção no âmbito da economia a partir de princípios vinculados à preservação ecológica, à sustentabilidade e à mitigação dos danos ambientais – mesmo que essa correlação seja estabelecida de forma abstrata entre o bem consumido e o resultado positivo esperado como fim desse consumo. A penetração da preocupação ambiental na economia tem repercussões virtuosas e viciosas, o que não cabe a este texto explorar exaustivamente, mas é na dimensão da produção do urbano, que extrapola a faceta material da urbanização, que a expansão dessa lógica tem maior potencial de transformação.

A modernização ecológica, entretanto, não possui definição única e está longe de ter alcançado consenso acerca de seu sentido. Inicialmente, nas discussões fundadoras dessa perspectiva, havia um conjunto de elementos que levavam os autores a crer que os avanços tecnológicos permitiriam uma superação dos problemas ambientais e a eventual resolução dos danos aos quais havia sido submetido o meio ambiente (Andersen; Massa, 2000). Essa teoria não só se provou equivocada, como fez surgir questionamentos severos à reprodução de uma lógica tão vinculada à racionalidade técnica que já havia passado por inúmeras críticas ao longo do século. Para alguns, o foco deveria estar em discutir os comportamentos, teorias e ideias que legitimavam a perpetuação de um modelo gerador de “pegadas ecológicas” (Wang, 2003) – de maior ou menos impacto, mas ainda assim danosas – e não em embarcar em uma espécie de quixotismo ecotecnológico que, pensava-se, poderia derrotar terríveis dragões do apocalipse ambiental. Em outras palavras, importaria debater e investigar a “pegada cultural” que seria o componente estruturador das preocupantes pegadas ecológicas (Wang, 2003).

Conforme algumas investigações já demonstraram (Hovardas, 2016), o paradigma da modernização ecológica legitimou um rearranjo no qual o modo de produção capitalista endereçou com sucesso a questão ambiental a partir de regulamentações e investimentos estatais para desenvolvimento de novas tecnologias “ecológicas” e “sustentáveis”, mas esse processo levou a um agudo incremento na demanda por insumos e novos meios de produção. A consequência disso é que foram reassentadas bases para um aprofundamento dos problemas do Antropoceno, e não o contrário (Hovardas, 2016). Como dito, a economicização da ecologia cumpriu seu papel com resultados ambíguos.

No âmbito do urbanismo disciplinar, o paradigma de transformação do urbano em um instrumento de preservação do meio ambiente, em estrutura compatível com os novos padrões internacionais de mitigação da economia do carbono e dos danos à ecologia, parece situar-se no bojo do processo definido como “modernização ecológica”. A sustentabilidade ambiental ganhou notoriedade no campo, mesmo em meio à permanente proliferação de neologismos e termos inventivos para descrever novas práticas urbanísticas ou o próprio fenômeno da urbanização.

Hodiernamente, a questão ambiental e a sustentabilidade ecológica no âmbito das cidades têm sido fatores de centralidade no campo da Arquitetura e do Urbanismo (Dourado, 2015; Moehlecke, 2010). Atuam como valores que pautam a incorporação de tecnologias, que definem morfologias, ocupações e tipologias. Não só isso, como também impactam a representação do urbano, a reorganização do imaginário acerca das cidades e os parâmetros que definem a qualidade das mesmas. A preservação do meio ambiente e a sua sustentabilidade no interior das áreas urbanas deixou de ser mera alocação de área para parques – comum na prática modernista de setorização via planos de zoneamento e ocupação do solo – e passou a corresponder a um conjunto de composições, tecnologias e técnicas de projeto cujo objetivo é fazer da cidade um catalisador de práticas sustentáveis: o que significaria a retomada da lógica do planejamento e do projeto totais com fins à transformação da sociedade.

Entre tantas obras dedicadas a essa perspectiva, ganhou repercussão aquela cujo título evidencia sua ambição: “Ecological Urbanism”. Publicado em 2016, o livro produzido no âmbito da *Graduate School of Design*, em Harvard, propõe uma sequência ampla de projetos e representações do que deveria ser – ou almejar ser – o “urbanismo ecológico”. A retórica é a de que o projeto teria a capacidade de conectar ecologia a um urbanismo que não esteja em conflito com o meio ambiente. O conteúdo em si é pouco elucidativo em termos práticos ou conceituais. Não deixa claro, por exemplo, o que é, efetivamente, o “urbanismo ecológico” ou como funcionaria a ponto de ser efetivamente ecológico. Entretanto, algo significativo pode ser percebido: a tecnologia aplicada à arquitetura e ao urbanismo como elemento de implantação de soluções de mitigação de dano ambiental ou de estruturação de modelos ambientalmente sustentáveis. Depreende-se da obra que seu principal foco está na estruturação imagética do que deveria ser a cidade ecológica. Há importância nisso quando se sabe da ampla difusão desse material e do impacto relevante que desempenha no campo disciplinar do qual faz parte, com potencial para rapidamente tornar-se uma obra de referência e, conseqüentemente, um ponto de clivagem na organização da economia simbólica no âmbito da área. Exemplar, o livro abarca sugestões de equipamentos públicos que captem água, sistema de transporte mais eficientes, novas tipologias de corredores verdes, modelos de jardins verticais em gigantescos arranha-céus, etc. O concreto, a rocha da humanidade, entretanto, está presente em quase todas as páginas. O que legitimam?

## 5. Sustentabilidade ambiental-urbana como cultura?

Em que medida soluções endereçadas à sustentabilidade efetivamente atacam os problemas que sugerem ser capazes de solucionar? Urge entender quais os processos legitimadores de comportamentos que levam aos danos ao meio ambiente e à produção de poluentes que contribuem para situações de degradação ambiental. A esses processos, Wilfried Wang chamou “pegada cultural” (Wang, 2003), numa clara referência à ideia de “pegada ecológica”, que diz respeito às externalidades e aos danos produzidos ao meio ambiente por via da ação humana com vistas à construção, produção e consumo.

Essa ideia parece coerente com o processo de economicização da ecologia levado gradualmente a cabo desde o fim do último século. O primeiro é sintomático de como o segundo promoveu uma culturalização da sustentabilidade ecológica, atribuindo-lhe estética, artefatos e práticas específicos, representação própria, valores sociais e econômicos. Essa reorientação é particularmente interessante à medida que a ideia de cultura é, desde seu sentido iluminista, muitas vezes identificada como um produto singular da humanidade e que a distinguiria intrinsecamente da natureza (Lopes, 2009). Além disso, é um paradoxo que seja a modernização ecológica, derivada da lógica moderna racionalista e de progresso contínuo, que tenha sido incorporada pelos debates referentes à tragédia geoclimática, visto que é ela própria um dos pilares responsáveis pela condição não programada do Antropoceno (Chakrabarty, 2013).

Diante da centralidade das áreas urbanas na geração do Antropoceno e de sua aparente importância como foco de ação para mitigação dos problemas ambientais, outra questão que se coloca é: não seria o urbano a principal “pegada cultural” humana? Posicionamentos radicais, em geral vinculados aos modelos de ecovilas, ecoaldeias e formas alternativas de agregação e ocupação do território parecem acreditar que a melhor solução para mitigar os danos da humanidade ao planeta jaz exatamente na dissolução da cidade, na radical modificação dos estilos de vida e na reversão de um grande conjunto de artefatos e objetos tecnológicos que hoje se encontram profundamente ancorados nas formas de experimentar o mundo nas áreas urbanas. Seria, nesse caso, uma ode ao retorno a formas mais tradicionais de existência e ocupação do território.

Como explicou Françoise Choay (2011), a cidade maquinica e industrial não foi efeito imediato, mas processo e visão de futuro: construiu-se ao longo de décadas, percorreu séculos e cá chegou. Seria possível pensar que está sendo gestada a próxima modalidade de cidade e, com ela, de modo de vida e cultura urbanos? A reconstrução da imagem da cidade ideal como *locus* da sustentabilidade ecológica é um processo em andamento, e a recomposição da economia das ideias que legitimam e promovem essa transformação tem o poder de causar transformações tão reais (Boyer, 1996) quanto o onipresente concreto (betão) das cidades modernas.

A difusão de um estilo de vida pautado na lógica da sustentabilidade ecológica é um desafio por diversas razões. A primeira advém de seu custo: a economicização da ecologia arrastou essa postura para uma circunstância na qual passou a ser um bem de distinção. Na economia simbólica da cidade, viver em um “bairro sustentável” ou em “edifícios ecológicos” é um luxo, caracterizado pelos valores elevados que costumam estar associados a esses empreendimentos – e que muitas vezes não estão refletidos em qualidades efetivamente sustentáveis, mas em acabamentos requintados e na própria valorização associada à ideia de “sustentabilidade” ou “*ecofriendly*”. Essa tendência acompanha a expectativa dos atores sociais, que cada vez mais, ainda que lentamente, reconhecem as consequências do Antropoceno e a relevância de ações diretas ou indiretas de preservação e mitigação dos danos ambientais.

O processo está vinculado também à colonização do gosto, que se difunde, nesse caso, a partir de movimentos de margem, de nichos, mas também como imperativo institucionalizado por governos, associações e outros tipos de organizações. De forma geral, a sustentabilidade é um recurso desigualmente distribuído no âmbito das áreas urbanas, tal como acontece com outros equipamentos e serviços, tendo sido atrelada – como acontece com parques urbanos e outros equipamentos públicos – a um processo de valorização imobiliária e incorporação de valores de classe média e alta na materialidade das cidades (Serpa, 2013). Na atualidade, a sustentabilidade como prática social ou como política pública não atinge todas as fronteiras populacionais. A sua dimensão técnica e os artefactos produzidos para promovê-la encontram-se, na maioria das vezes, fora do alcance da maior parte dos consumidores e distante de populações em situações mais vulneráveis. Isso ocorre pela sua vinculação a processos inerentes a uma sociedade de consumo. Esse fato acarreta outros impactos sociais, dos quais merecem atenção as injustiças ambientais promovidas em consequência dessa organização da lógica econômica que tem regido os mecanismos e agentes envolvidos nas indústrias vinculadas à retórica da sustentabilidade (Achselrad, Mello; Bezerra, 2009). Essas injustiças manifestam-se de variadas maneiras. Está presente quando há transferência dos ônus da geração de sustentabilidade em sincronia com a manutenção do modelo capitalista vigente, tornando-se particularmente evidente em fenômenos como a transferência de processos produtivos poluentes de países desenvolvidos para países menos desenvolvidos, assumindo-se que esse tipo de operação faz jus a regras da macroeconomia como a preservação das vantagens comparativas (Furtado, 2019) – um claro exercício de retórica que ignora as consequências para as diferentes populações colocadas num contexto de relações de forças desiguais. Como consequência dessas injustiças, tornam-se evidentes fenômenos como o racismo ambiental e o surgimento de “zonas de sacrifício”, que Fabrina Furtado caracteriza e explica:

São nas áreas habitadas por grupos sociais com menor acesso a recursos políticos, financeiros e informacionais, e nos territórios de expansão capitalista, que se concentram a falta de investimento em saneamento, os depósitos de lixo tóxico, moradias de risco, poluição industrial, etc. Vizinhas das indústrias mais ricas e

empresas mais lucrativas do mundo, populações empobrecidas e negras são obrigadas a conviver com a poluição industrial do ar, da água e do solo, depósitos de resíduos tóxicos, ausência de abastecimento de água, riscos associados a enchentes e acidentes industriais, além de lixões. São verdadeiras zonas de sacrifício (Furtado, 2019, p. 3).

A sustentabilidade apresenta-se, neste sentido, como contexto de disputa política. É uma noção que “se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideias” (Acselrad, 1999, p. 80). Diante dessa realidade, talvez seja necessária substancial imaginação para perceber um futuro não-tão-distante, no qual a sustentabilidade seja um valor difundido socialmente e fortemente arraigado e visível nos espaços urbanos, mas também um valor dissociado de um circuito que ignora as bases sociais de desenvolvimento econômico e camufla com retórica ambiental um conjunto de práticas industriais e de transformações tecnológicas que avançam como mecanismos de expansão das fronteiras do mercado e do consumo. Ainda assim, sinais desse percurso pululam a vistas largas: ser *verde*, *ecológico*, *eco-friendly* ou *sustentável* não mais são exotismos de estilos de vida de nichos, mas *marcas*, *sinais de distinção* e parâmetros de viabilidade e significação de práticas e modos de pensar, para além de formas de urbanismo como modo de vida, e de urbanismo como modo de projetar cidades. Quanto tempo faltará para que penetrem a cultura urbana de forma ampla e nela fixem-se de maneira impactante e irreversível? De que maneira é possível garantir um acesso amplo e irrestrito às soluções de sustentabilidade? Como colmatar as injustiças ambientais que eclodem enquanto a retórica da sustentabilidade avança? Sendo isso possível, como fazê-lo com coerência entre intenção, processo e fim?

## 6. Poslúdio

Gerard caminha sem pressa. Na mão esquerda, café em seu copo reutilizável de silicone. Na direita, o telemóvel avalia suas emissões de carbono no dia anterior: quantos cm<sup>3</sup> de CO<sub>2</sub> ele havia deixado de lançar na atmosfera ao fazer seus percursos diários na trotinete elétrica? De casa para o trabalho, do trabalho para a livraria e de volta para casa. Seis Euros a menos depois, termina a jornada. Velho, mas não morto, escolhe sempre as escadas ao elevador. Mora no segundo piso e sabe que a economia de energia realizada com seus passos é sentida nas brisas distantes que sopram e giram as pás das eólicas.

“A”: a letra que, em fundo verde, está replicada sobre todos os eletrodomésticos da residência. Vai até um deles, a máquina de lavar louças, e prepara o ciclo. Lá dentro, pratos, copos, talheres, um *ziploc* reutilizável com fatias de batata temperadas e um recipiente com legumes variados. Cozinhar na máquina de lavar para energia poupar. Gerard não come carnes. Nenhuma. Todos os alimentos são orgânicos e produzidos em diminutas propriedades da região, todas num raio de curta distância do mercado que frequenta.

Após ligar a máquina, caminha até a varanda, na qual seus vasos de temperos e hortaliças aguardam tratamento. Abre as portas de vidro, caminha sobre o piso de concreto da varanda e vê a cidade lá fora. Quilômetros de vidro, asfalto e concreto. Aqui e ali, árvores e aglomerados de verde, ciclovias vermelhas e boulevares. De um lado para o outro, carros e motocicletas rugem pela rua. Garrafas e latas acumulam-se num contentor na esquina, repleto com um amontoado indistinto de lixo e resíduos. Pensa: soma zero?

## Referências

- ACSELRAD, H.  
(1999). Discursos da sustentabilidade urbana. *REURB*, Nº1, maio, pp. 79-90.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C.; BEZERRA, G.  
(2009). *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- ALOMAR, J. S. C.  
(2017). O Direito à Cidade e a Nova Agenda Urbana: perspectivas para a inovação urbanística no contexto do fortalecimento do neoliberalismo. *Caderno de Trabalhos do XVII ENANPUR-São Paulo* (pp. 1-13). São Paulo: XVII ENANPUR.
- ANDERSEN, M. S.; MASSA, I.  
(2000). Ecological modernization - origins, dilemmas and future directions. *Journal of Environmental Policy and Planning*, vol.2, n.4, pp. 337-345.
- ASCHER, François.  
(2010). *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra.
- BENEVOLO, L.  
(2005). *História da Cidade*. 4. ed.. São Paulo: Perspectiva.
- BORJA, J.; CARRIÓN, F.  
(2016). Manifiesto por un Habitat alternativo. *Plataforma Urbana*, Opinión. Disponível em: <http://www.plataformaurbana.cl/archive/2016/10/18/manifiesto-por-un-habitat-alternativo/>. Acesso em: 04 fev. 2020.
- BORREGO, C.; LOPES, M.; RIBEIRO, I.; CARVALHO, A.  
(2009). As alterações climáticas: uma realidade transformada em desafio. *Debater a Europa* n. 1, pp. 15-40.
- BOYER, M. C.  
(1996). *The City of Collective Memory: Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge: MIT Press.
- BRANCALEONE, C.  
(2008). Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, vol.39, n.1, pp. 98-104.
- BRENNER, N.  
(2016). Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica. *Cidades*, vol.15, n.3, pp. 9-25.
- (2018). A hinterlândia, urbanizada? *Metrópolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, vol.25, n.7, pp. 6-11.
- BUTTEL, F. H.  
(2000). Ecological Modernization as social theory. *Geoforum*, 31, pp. 57-65.
- CHAKRABARTY, D.  
(2013). O Clima da História: quatro teses. *Sopro*, 91, pp. 2-22.
- CHOAY, F.  
(2011). *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*, 6. ed. São Paulo: Perspectiva.
- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F.  
(2000). The Anthropocene. *Global Change Newsletter*, vol. 41, 17-18.
- DODMAN, D.  
(2009). Blaming cities for climate change? An Analysis of urban greehouse gas emissions inventories. *Environment and Urbanization*, vol.21, n.1, pp. 185-201.
- DOURADO, B. M.  
(2015). *Sobre o ensino da sustentabilidade ambiental nos cursos de arquitetura e urbanismo: avaliação e subsídios*. Brasília: Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (Universidade de Brasília).
- ESTOK, S. C.; CHOU, S. S.  
(2017). Foreword: The City and the Athropocene. *Concentric: Literary and Cultural Studies*, vol. 43,n.1 , 3-11.

- FINCO, A.; NIJKAMP, P.  
(2010). Pathways to urban sustainability. *Journal of Environmental Policy and Planning*, vol.3, n.4, pp. 289-302.
- FRAMPTON, K.  
(1997). *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.
- FURTADO, F.  
(2019) De zonas de sacrifício à luta por justiça ambiental: a cidade é feita pra quem?. *Revista de divulgação científica: Coletiva*, Dôssie 24 – Direto à cidade, out.nov.dez.jan, pp. 1-9.
- GOTTDIENER, M.; HUTCHISON, R.; RYAN, M. T.  
(2015). *The New Urban Sociology*. 5. ed. Boulder, Colorado, EUA: Westview Press.
- HEYNEN, H.  
(1999). *Architecture and modernity: a critique*. Massachusetts: MIT Press.
- HOBBSAWM, E. J.  
(2011). *A era das revoluções, 1789-1848* (25. ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- HODSON, M.; MARVIN, S.  
(2014). *After Sustainable Cities?* New York: Routledge.
- HOVARDAS, T.  
(2016). Two paradoxes with one stone: A critical reading of ecological modernization. *Ecological Economics*, pp. 1-7.
- LOPES, J. M.  
(2009). Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural. *Cadernos de Estudo-Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti*, pp. 2-13.
- MOEHLECKE, J.  
(2010). *Uma contribuição para o desenvolvimento de assentamentos humanos mais sustentáveis: identificação de padrões urbanos relacionados aos princípios de sustentabilidade*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Engenharia (Univ. Fed. do Rio Grande do Sul).
- OLIVIERI, A. G.  
(2012). A Teoria da Modernização Ecológica e a mudança climática. *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, vol.3, n.7, pp. 33-54.
- SECCHI, B.  
(2012). *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva.
- SERPA, A.  
(2013). *O espaço público na cidade contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- TONKISS, F.  
(2013). *Cities by design: the social life of urban form*. Cambridge: Polity Press.
- TÖNNIES, F.  
(2001 [1887]). *Community and Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- UN HABITAT.  
(2019). *UN Habitat - For a Better Urban Future*. Obtido de Site da UN Habitat – Resilience. Disponível em: <https://unhabitat.org/resilience/>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- (2016). *Nova Agenda Urbana*. Quito: United Nations.
- UNITED NATIONS.  
(2019). *Sustainable Development Goals*. Obtido de “Goal 11: Make cities inclusive, safe, resilient and sustainable”. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/cities/>. Acesso em: 08 jan. 2020.
- WANG, W.  
(2003). Sustainability is a cultural problem. *Harvard Design Magazine*, 18, pp. 1-3.

**Recebido em**  
janeiro de 2024

**Aprovado em**  
dezembro de 2024